



UEPB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS 1
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JOSÉ CLAUDIANO DE BRITO BATISTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA: DESAFIOS E
ESPERANÇAS**

CAMPINA GRANDE - PB
2022

JOSÉ CLAUDIANO DE BRITO BATISTA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA: DESAFIOS E
ESPERANÇAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional como requisito parcial obrigatório para aprovação no exame de qualificação e obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa

**CAMPINA GRANDE - PB
2022**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

B333p Batista, José Claudiano de Brito.
Políticas públicas de economia solidária na Paraíba [manuscrito] : desafios e esperanças / José Claudiano de Brito Batista. - 2021.
56 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. Cidival Morais de Sousa, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."
1. Economia solidária. 2. Políticas públicas. 3. Empreendimentos. I. Título

21. ed. CDD 334

JOSÉ CLAUDIANO DE BRITO BATISTA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NA PARAÍBA: DESAFIOS E
ESPERANÇAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), como requisito para obter o título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Área de Concentração: Desenvolvimento Regional. Linha de Pesquisa: estado, planejamento, políticas públicas e desenvolvimento regional.

Aprovada em: 13 de dezembro de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Cidoval Morais de Sousa

Prof. Dr. Cidoval Morais de Sousa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

José Luciano Albino Barbosa

Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

Sibele Thaise Viana Guimarães

Profa. Dra. Sibele Thaise Viana Guimarães
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

Maria Zanin

Profa. Dra. Maria Zanin
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

Dedico este trabalho a meu pai (em memória) que sempre me incentivou para os estudos e que, ficaria orgulhoso desta minha conquista.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e saúde.

A professora, e amiga, Eunice Ferreira pelo incentivo e por acreditar em mim mais do eu mesmo. Se hoje sou Mestre em Desenvolvimento Regional eu devo, sobretudo, a esta professora, e amiga, que tanto me apoiou e me abriu os olhos para a oportunidade decursar um mestrado.

A meu orientador, prof. Cidoval Moraes de Sousa, pelo companheirismo e generosidade durante esses anos de aprendizagem no Programa, me ensinando, sobretudo, sobre a arte de esperar.

A Andreza Albuquerque pela fundamental contribuição num momento da pesquisa que precisei bastante de ajuda.

Aos professores, Ricardo Marques e Felipe César pelas contribuições decisivas durante o processo de seleção para o MDR.

A coordenadora do PPGDR, profa. Ângela Ramalho, pela sensibilidade e compreensão com as angústias dos alunos nesses tempos de pandemia.

A Universidade Estadual da Paraíba por promover a capacitação e o crescimento profissional dos servidores técnico-administrativos da instituição.

Por fim, a todos os professores e professoras do PPGDR que muito somaram na minha formação.

RESUMO

A presente dissertação tem o objetivo de compreender e analisar os Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado da Paraíba. Serão considerados aspectos como a natureza e forma de organização dos empreendimentos; perfil dos empreendedores e empreendedoras; a distribuição das organizações solidárias pelos diferentes territórios do Estado, com destaque para os negócios localizados no sertão; principais impactos na economia paraibana; e uma avaliação detalhada das Políticas Públicas de Economia Solidária na Paraíba. A natureza da pesquisa tem caráter exploratório e explicativo, e se utilizará de estratégias de investigação bibliográfica e documental. No tocante a abordagem do problema investigado e a interpretação dos dados, a investigação é ao mesmo tempo quantitativa e qualitativa. O texto está dividido em três partes, contando com uma breve introdução e contextualização das questões para estudo, em seguida apresenta-se a revisão de literatura acerca dos conceitos da Economia Solidária e enfatizando a trajetória da política de Economia Solidária na Paraíba, e por fim, a terceira parte descreve os resultados empíricos encontrados até o momento considerando o envolvimento governamental, e demais atores, sobretudo, na institucionalização de uma política de Estado voltada para o fortalecimento dos Empreendimentos Solidários na Paraíba. Conclui-se, portanto, que a Economia Solidária Paraibana tem larga história no estado, representando uma alternativa de emprego, renda e empoderamento para centenas de trabalhadores e trabalhadoras, e que, uma Política Pública consistente voltada para estas organizações é fundamental.

Palavras-chave: Economia Solidária. Políticas Públicas. Empreendimentos.

ABSTRACT

This dissertation aims to understand and analyze the Solidarity Economic Enterprises in the State of Paraíba. Aspects such as the nature and form of organization of the projects will be considered; profile of entrepreneurs and female entrepreneurs; the distribution of solidarity organizations throughout the different territories of the State, with emphasis on businesses located in the hinterland; main impacts on the economy of Paraíba; and a detailed assessment of the Public Policies of Solidarity Economy in Paraíba. The nature of the research is exploratory and explanatory, and will use bibliographic and documentary research strategies. Regarding the approach to the investigated problem and the interpretation of data, the investigation is both quantitative and qualitative. The text is divided into three parts, with a brief introduction and contextualization of the questions to be studied, followed by a literature review on the concepts of Solidarity Economy and emphasizing the trajectory of Solidarity Economy policy in Paraíba, and finally , the third part describes the empirical results found so far, considering government involvement, and other actors, above all, in the institutionalization of a State policy aimed at strengthening Solidarity Enterprises in Paraíba. It is concluded, therefore, that the Solidarity Economy of Paraíba has a long history in the state, representing an alternative of employment, income and empowerment for hundreds of male and female workers, and that a consistent Public Policy aimed at these organizations is essential.

Keywords: Solidarity Economy. Public Policy. Enterprises.

LISTA DE FIGURAS

| | | |
|-------------|--|----|
| Figura 1 – | Logotipo do FBES | 32 |
| Figura 2 – | I CONAES | 33 |
| Figura 3 – | II CONAES | 33 |
| Figura 4 – | III CONAES | 34 |
| Figura 5 – | II CONAES | 35 |
| Figura 6 – | Logotipo da PAIES | 40 |
| Figura 7 – | Territórios atendidos pelas PAES na Paraíba | 40 |
| Figura 8 – | Logotipo do FUNCEP/PB | 41 |
| Figura 9 – | Bancos comunitários na Paraíba | 43 |
| Figura 10 – | Comunidade São José de Belém em Teixeira, PB | 44 |
| Figura 11 – | Reunião com associações comunitárias em Teixeira, PB | 44 |
| Figura 12 – | Comunidade Glória em Teixeira, PB | 45 |
| Figura 13 – | Casas de economia solidária na Paraíba | 45 |
| Figura 14 – | III Conferencia estadual de economia solidária 1 | 49 |
| Figura 15 – | III Conferencia estadual de economia solidária 2 | 51 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|------------|---|----|
| Quadro 1 – | Princípios da economia solidária | 27 |
| Quadro 2 – | Mapeamentos dos EES na Paraíba | 37 |
| Quadro 3 – | Objetivos do PAIES | 39 |
| Quadro 4 – | Expressões de economia solidária identificadas no médio sertão da Paraíba | 46 |
| Quadro 5 – | Quantidade de grupos de ES a serem acompanhados | 47 |
| Quadro 6 – | Visão panorâmica das expressões de economia solidária por microrregião | 48 |

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – EES por área de atuação

37

LISTA DE SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ALPB | Assembleia Legislativa da Paraíba |
| ANTEAG | Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária |
| ASDP | Ação Social Diocesana de Patos |
| BCD | Bancos Comunitários de Desenvolvimento |
| CADSOL | Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária |
| CEPFS | Centro de Educação Popular e Formação Social |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| CONAES | Conferência Nacional de Economia Solidária |
| ES | Economia Solidária |
| FBES | Fórum Brasileiro de Economia Solidária |
| FRS | Fundos Rotativos Solidários |
| FUNCEP/P | Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza |
| B | |
| IPEA | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra |
| PACs | Projetos Alternativos Comunitários |

SUMÁRIO

| | | |
|------------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 14 |
| 2 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 2.1 | Economia e solidariedade | 18 |
| 2.2 | Economia solidária: aproximações conceituais | 23 |
| 2.3 | Trajectoria da economia solidária no Brasil | 29 |
| 3 | RESULTADOS E DISCUSSÕES | 36 |
| 3.1 | Cenário da economia solidária na Paraíba | 36 |
| 3.2 | Economia solidária no sertão Paraibano | 43 |
| 3.3 | Política estadual de economia solidária | 49 |
| 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 53 |
| | REFERENCIAS | 55 |

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos vêm se espalhando pelo Brasil um novo modelo de empreendimentos vinculados à experiência da Economia Solidária (ES), assentados em princípios como a valorização do ser humano, cooperação, autogestão, solidariedade e consumo responsável. Esses novos empreendimentos autogestionários surgiram (e surgem) como alternativa e, ao mesmo tempo, como enfrentamento político às formas de reprodução do capitalismo contemporâneo, que se mostra pelos reflexos das políticas neoliberais: mais concentração de riqueza, mais miséria, mais pobreza, mais desemprego, menos saúde, precarização de direitos e captura do Estado pelas elites financeiras, assegurando a manutenção de seus privilégios, aprofundando as desigualdades sociais.

Paul Singer (2002), principal referência da Economia Solidária no Brasil, pontua que se toda a economia fosse solidária, a sociedade seria bem menos desigual. É importante compreender que a desigualdade não é natural e a competição generalizada alimentada pelo capitalismo, em seu processo de reprodução, tampouco o é. Elas resultam da forma como se organizam as atividades econômicas, ou seja, da forma como se estrutura, historicamente em cada sociedade, a maneira pela qual são produzidos bens e serviços, e como os utiliza e os distribui.

A Economia Solidária (ES), como já sinalizamos acima, tem uma forma específica e diferente de produzir, que se contrapõe à lógica da acumulação capitalista: seus valores básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, repensando a relação com o lucro e transformando o trabalho gerado em benefício do coletivo, e não apenas de uma pequena elite.

Os estudos em curso sobre o tema (SINGER, 1998; SINGER; SOUZA, 2000; SINGER, 2002; CATTANI, 2003), apontam, dentre outras questões, que a ES surge como resgate da luta histórica dos (as) trabalhadores(as) contra a exploração do trabalho humano, desde os primórdios do capitalismo, organizados em sindicatos e em empreendimentos cooperativados: os sindicatos, como forma de defesa e conquista de direitos dos/as assalariados/as; e as cooperativas, de autogestão, como forma de trabalho alternativa à exploração assalariada.

Outra constatação é que, também ao longo da história e sob diferentes títulos— economia solidária, economia social, socioeconomia solidária,

humanoeconomia, economia popular e solidária, economia de proximidade, economia de comunhão etc, têm emergido práticas de relações econômicas e sociais que propiciam a sobrevivência e a melhoria da qualidade de vida de milhões de pessoas em diferentes partes do mundo. Tais experiências, que se alimentam de fontes tão diversas como as práticas de reciprocidade dos povos indígenas de diversos continentes e os princípios do cooperativismo gerado em Rochdale, Inglaterra, em meados do século XIX, aperfeiçoados e recriados nos diferentes contextos socioculturais, ganharam múltiplas formas e maneiras de expressar-se.

Entretanto, apesar das diversidades de origem, esses movimentos apresentam como ponto comuns, além da valorização social do trabalho humano, a busca pela satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade.

Com suas raízes fincadas na Europa, no final do século XIX, seja no formato de cooperativas, seja como associações ou como coletivos de produção, a economia solidária se desenvolveu, no Brasil, ao longo dos anos 1990 e início da década seguinte a partir de experiências solidárias e autogestionárias já existentes em várias regiões do país. Tais experiências, articuladas por meio de feiras, fóruns, plenárias e atividades afins, construíram um movimento nacional.

Hoje a ES, como mostraremos neste trabalho, envolve mais de 1,5 milhões de trabalhadores em cerca de 20 mil empreendimentos, distribuídos em mais de 2,7 mil municípios, sendo que a maioria deles (40, 8%) encontram-se na zona rural da região Nordeste, em unidades de produção e comercialização, consumo e uso coletivo de bens e serviços. Na Paraíba, pelos últimos registros oficiais, há 416 empreendimentos com a participação de aproximadamente 14 mil trabalhadores e trabalhadoras, vinculados em algum tipo de coletivo comunitário (PARAÍBA, 2016).

Mesmo impactados fortemente pela pandemia gerada pelo COVID 19, que aflige o mundo desde o começo do ano 2020, e já matou no Brasil, até meados de julho de 2021 mais de 550 mil pessoas, os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e as cooperativas demonstraram novamente, como destacam Pinho, Silva e Sena (2020), que é possível unir a economia ao conjunto da dinâmica social, gerar renda e, ao mesmo tempo, ser solidário. Enfrentando negacionismo, altas taxas de

desemprego, fechamento de empresas, aumento da informalidade, ausência de políticas de proteção social, a ES, em tempos de pandemia apresentou um documento com respostas à crise e reafirmou a necessidade de construirmos um modelo de desenvolvimento que combine a dimensão econômica, aos direitos humanos, a progressividade dos direitos econômicos, sociais, ambientais e políticos de todas e todos.

A presente dissertação se articula a partir de três frentes de pertencas: a representação institucional da Universidade em diferentes Conselhos e movimentos vinculados à Economia Solidária na região de Patos; a segunda é a participação, como técnico-administrativo e pesquisador, das articulações levadas a cabo por um grupo de docentes do campus para a construção de uma linha de investigação, no curso de Administração, que envolvesse o tema da ES e que resultaram a implantação de uma disciplina eletiva, ofertada todos os anos desde 2015; e, também, a participação em diferentes fóruns, coletivos, feiras que ofereceram diferentes contribuições para a construção e de uma política de economia solidária na Paraíba.

Desde a implantação da disciplina, no começo como voluntário e, mais recentemente, como estágio docente, cumprindo exigência do PPGDR, o autor participa do diálogo com os alunos, ministra aulas, orienta seminários e integra a organização do Fórum e da Feira, que fazem parte do componente como produto final. Todo esse movimento, é importante destacar, envolve diálogos direto com empreendedores, parcerias e articulações com diferentes grupos e organizações que apoiam e assessoram os empreendimentos, sobretudo no Sertão.

O acúmulo resultante de todas essas experiências e vivências me levam a vários questionamentos: que leitura se pode fazer da Política Estadual de Economia Solidária? Qual são as suas promessas? E seus alcances? E limites? Qual é o perfil socioeconômico dos empreendimentos solidários no Estado da Paraíba? Qual a compreensão do Estado em relação à ES e no que essa compreensão se aproxima, tensiona ou se distancia da compreensão consensuada pelos movimentos e academia. Enfim, que cenário se poderia traçar da ES na Paraíba, hoje, sobretudo, nesse contexto de pandemia?

Portanto, a presente pesquisa tem por objetivos geral e específicos de analisar os empreendimentos de natureza solidária no Estado da Paraíba, com ênfase para os seguintes aspectos: a) natureza e a forma de organização dos

empreendimentos; b) o perfil dos empreendedores e empreendedoras; c) a distribuição dos empreendimentos pelos diferentes territórios do Estado, com destaque particular para os localizados no sertão; d) uma avaliação da política estadual de ES, seus alcances, limites, possibilidades e tensões conceituais, políticas, dentre outras.

A pesquisa se justifica, de um lado, pela necessidade de se aprofundar os estudos já existentes sobre o tema, lançando novas luzes e contribuições de natureza teórica, como o debate sobre a relação entre economia solidária e as crises do capitalismo contemporâneo; e, de outro, pela possibilidade de oferecer não apenas novos dados sobre a realidade dos EES no Brasil e, mais detidamente, na Paraíba, traçando um detalhado perfil socioeconômico e territorial dos empreendimentos, mas, também, oferecendo novas análises e contribuições para avaliação das políticas existentes e proposição de novas.

A natureza da pesquisa que resulta nesta dissertação tem caráter exploratório e explicativo e utiliza, dentre outras estratégias, investigações bibliográfica e documental. Quanto à abordagem do problema investigado e a interpretação dos dados, a investigação se fez de modo qualitativo. A pesquisa abrangeu a leitura, análise e interpretação de livros, artigos em periódicos, mapas, fotos, manuscritos, relatórios técnicos, monografias, depoimentos transcritos (publicados ou não), matérias jornalísticas em publicações impressas e e/ou nas redes sociais, dentre outros. Também mereceram atenção do pesquisador documentos oficiais, legislação, projetos de lei, gravações em áudio e vídeos, tabelas estatísticas, dados e informações que ainda não foram tratados científica ou analiticamente.

Em linhas gerais, realizamos quatro movimentos integrados, denominados aqui de imersões. O primeiro movimento foi uma imersão para reconhecimento crítico do próprio objeto na literatura tecnocientífica nacional e internacional, com ênfase para os estudos envolvendo os EES e as desigualdades resultante do modo de produção capitalista. O segundo movimento foi uma imersão documental em bases como IPEA, Governo do Estado da Paraíba, Assembleia Legislativa (ALPB), Secretaria Executiva de Economia Solidária (SESOL), Fórum Estadual de Economia Solidária, Governo Federal, Atlas Digital da Economia Solidária, Cadastro Nacional de Empreendimentos de Economia Solidária (CADSOL) e o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES).

O terceiro movimento trata-se de uma imersão nos conteúdos dos achados. Neste momento se recorrerá às técnicas de análise de conteúdo, que consiste em pelo menos quatro fases: (1) pré-exploração do material ou de leituras 'flutuantes' do corpus do material coletado nos dois momentos anteriores, com o intuito de apreender e organizar, de forma não estruturada, aspectos importantes para as próximas fases da análise; (2) realização de leituras do material coletado buscando apreender, de uma forma global, as ideias principais e os seus significados mais gerais; (3) a seleção das unidades de análise (ou unidades de significados), que incluem palavras, sentenças, frases, parágrafos ou texto completo de transcrição de entrevistas, diários ou livros, anotações, documentos, dentre outros materiais, e que se opera segundo um processo dinâmico e indutivo de atenção, ora observando a mensagem explícita, ora as significações não aparentes do contexto; (4) o processo de categorização e sub-categorização, que pode ser definido como uma operação de classificação dos elementos constitutivos do conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero. Serão utilizadas categorias apriorísticas (categorias pré-definidas) e não apriorísticas (as que emergem totalmente dos resultados da pesquisa).

Por fim, o quarto movimento trata de uma imersão, agora no material já significado, para a construção final do texto da dissertação, que tem a seguinte estrutura: uma introdução, em que se apresenta o problema, as questões mobilizadoras, os objetivos, justificativa e a dimensão metodológica; um capítulo teórico-conceitual, em que se faz um debate, a partir da literatura, sobre as principais questões relacionadas aos EES (contexto de formação, articulações políticas e teóricas, conceitos e princípios dentre outras questões); um capítulo em que se tenta responder aos objetivos da dissertação em diálogo com a teoria; e, por fim, as considerações finais.

Estruturado em 04 (quatro) partes, o trabalho compreende a presente introdução que apresenta a problematização da pesquisa, objetivos e metodologia, e mais dois capítulos desenvolvidos de forma a apresentar os principais aspectos da Economia Solidária na Paraíba.

O segundo capítulo é de natureza teórica, em que se apresenta o contexto histórico, a evolução da Economia Solidária no Brasil e seus principais conceitos e discussões a luz da comunidade científica em ES no Brasil.

Na terceira parte é feito um resgate da implementação da política de economia solidária na Paraíba, sobretudo, até 2019, último ano de vigência do Plano Estadual e aprovação da Lei Estadual de Economia Solidária. Por fim, a quarta e última parte dedica-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O modo solidário de convivência entre as pessoas é algo que nunca foi necessariamente estranho a nossa cultura enquanto brasileiros. Mesmo antes das denominações conceituais sobre a economia de caráter popular já existiam experiências de trabalho coletivo e fraternais de coexistência.

2.1 Economia e solidariedade

Antonio Candido descreve em sua célebre obra “Parceiro do Rio Bonito” (2017) que na São Paulo dos anos 40, por exemplo, era cativante as experiências dos chamados “bairros” que se caracterizavam pelo trabalho cooperativo. Nesse sentido, um bairro poderia se definir como um agrupamento territorial mais ou menos denso cujos limites eram traçados pela participação dos moradores em trabalhos de ajuda mútua. Era considerado membro do bairro quem convocava e era convocado para tais atividades. As obrigações bilaterais se constituíam em elementos integrantes da sociabilidade do grupo, que dessa forma adquiriam consciência de unidade e funcionamento. Na sociedade caipira paulistana a manifestação mais importante de unidade era, sem dúvidas, o *mutirão*. As várias atividades da lavoura e da indústria doméstica se tornavam oportunidades de mutirão que solucionava o problema da mão-de-obra nos grupos de vizinhança, muitas vezes entre os fazendeiros, suprimindo as limitações das atividades individuais ou familiar.

Além desses agrupamentos estruturados, havia nos bairros uma solidariedade que se exprime pela participação nas rezas caseiras, nas festas promovidas em casa para cumprimento de promessa, onde a parte religiosa, como se sabe, é inseparável das danças. Cabe mencionar que, na prática, pode haver mais de um sistema de relações vicinais dentro do mesmo bairro, sobretudo, quando mesmo é grande e, portanto, cria-se subdivisões principalmente para facilitar a convivência diária. Em tais casos pode-se ver a importância do mutirão e das festas que mobilizam toda a população do bairro e revelam sua unidade (CANDIDO, 2017).

Seguindo em mais exemplificações solidárias, o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, de longa atuação no Rio Grande do Sul, há décadas promove a criação de sistemas coletivos de produção nos assentamentos rurais, vinculados à Cooperativa Central dos Assentamentos do Estado. Sobre o

processo controverso de organização dos assentamentos, há registro de resultados estimulantes, nos planos socioeconômico e educativo, embora persistam graves dificuldades em razão das carências materiais, do despreparo técnico e de visões coletivistas, bancadas pela direção do MST, às vezes pouco condizentes com a cultura de classe dos agricultores. De todo modo, tais práticas de coletivização, sob a condição de se mostrarem flexíveis à realidade de cada família e cada comunidade, apontam um caminho adequado para a prosperidade dos agricultores assentados e dos pequenos produtores em geral (GAIGER, 2004).

O cooperativismo, talvez a principal referência para a ES, foi originalmente introduzido no Brasil por imigrantes europeus, no final do século XIX, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, como estratégia para superar as situações de flagrante desamparo em que viviam. Nestes primórdios, surgiram as cooperativas de consumo, as primeiras registradas oficialmente, bem como as de crédito e as agropecuárias, especialmente nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. As cooperativas de consumo expandiram-se nas décadas de 1950 e 1960. Na época, apenas 45% da população concentrava-se nas regiões urbanas, nas quais se projetaram as cooperativas de crédito e serviços, apresentando-se inicialmente mais dinâmicas que as do setor agropecuário (GAIGER, 2013).

Tais experiências cooperativas surgiram discretamente, sem adjetivarem-se de *solidárias* ou constituírem um movimento organizado. No correr dos anos de 1990, seu aparecimento a cada dia, em atividades de produção, prestação de serviços, crédito e comercialização, tornou inevitável sua contraposição ao perfil empresarial e ao conservadorismo político do cooperativismo tradicional. Além disso, chamou atenção para as artimanhas patronais de criação de falsas cooperativas, embates constantes se havendo registrado desde então no âmbito da justiça do trabalho.¹⁰ Discussões também se desenrolaram no movimento sindical, recordando-se a história e os valores seminais das lutas operárias, do que decorreram iniciativas de apoio, em particular no sindicalismo cutista (GAIGER, 2013).

O termo Economia Solidária ganhou expressão no Brasil ao longo dos anos de 1990, à medida que iniciativas econômicas despontaram no país, notabilizando-se e sendo reconhecidas por sua natureza associativa e suas práticas de cooperação e autogestão. Expandindo-se, a economia solidária veio a abranger categorias sociais e modalidades diversas de organização, tais como unidades

informais de geração de renda, associações de produtores e consumidores, sistemas locais de troca, comunidades produtivas autóctones e cooperativas dedicadas à produção de bens, à prestação de serviços, à comercialização e ao crédito (GAIGER, 2013).

É indiscutível que o cooperativismo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou forma e vigor o movimento operário. Nenhuma dessas três frentes conduziu aos epílogos revolucionários, ardorosamente esperados e preconizados como via de passagem ao socialismo; nenhuma escapou a desvirtuamentos e instrumentalizações, por vezes com desenlaces trágicos. Mas nenhuma, tampouco, deixou de afetar radicalmente a face do capitalismo e de alimentar aspirações e ideais que seguem impelindo indivíduos e coletividades a lutarem contra a iniquidade e a desumanização (GAIGER, 2013).

Por outro lado, a sorte da economia solidária depende de um novo sistema de regulação, capaz de ordenar dinamicamente as regras do jogo econômico, de modo a expandir as práticas de autogestão e viabilizar uma transposição de escala das iniciativas que proliferam em pequena dimensão. Uma questão política, portanto, de escolha entre modelos de desenvolvimento, de chamada e fortalecimento de novos atores sociais e de direcionamento dos recursos públicos. Seu avanço requer que a questão seja assimilada pelas instituições políticas e se reflita na conduta do Estado e nas opções de governo. De modo crescente, o fato vem se verificando no Brasil, especialmente no âmbito local, por meio de políticas municipais. Nos últimos embates eleitorais, ele esteve presente, se não explicitamente nas formulações programáticas das coalizões partidárias, ao menos nas preocupações das lideranças mais organicamente expressivas das demandas dos movimentos sociais. A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, em 2003, é a sua manifestação mais concreta (GAIGER, 2004).

Especialmente nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e escoradas em laços de reciprocidade, nas quais a produção material atende a necessidades coletivas e guarda um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas têm buscado assegurar condições de vida a importantes contingentes e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza distintos da racionalidade estrita do capital. A economia

solidária reedita essa estratégia histórica dos trabalhadores, vinculada umbilicalmente ao movimento operário em seus primórdios, mas dele posteriormente cindida em muitos lugares, por óbices políticos mais do que por singularidades supostamente irredutíveis (GAIGER, 2013).

Ao final do século XIX, a Igreja Católica acompanhava tanto o crescimento da desigualdade social, próprio do desenvolvimento do capitalismo industrial, quanto a crescente secularização da sociedade. O socialismo ainda não havia se instituído como um sistema de poder, mas sindicatos e partidos operários se organizavam e lutavam por mudanças, exercendo crescente pressão sobre as elites da Europa. Foi nesse contexto que o papa Leão XIII promulgou em 1891 a encíclica *Rerum Novarum*, primeiro documento da igreja voltado para o mundo exterior, enfocando a chamada “questão social”⁹. O texto denunciava a precariedade das condições de vida da classe operária, afirmando ser dever do Estado garantir direitos sociais, assim como reivindicava a liberdade de associação em sindicatos para fazer valer “os legítimos interesses dos trabalhadores”. Há alguma atribuição de culpa ao capitalismo industrial e também uma condenação veemente do socialismo, visto como ameaça à igreja por seu racionalismo e discurso anticlerical e ateu (LIMA; SOUZA, 2014).

Num mundo de necessidades crescentes, em que a maioria das pessoas não controla e nem participa da administração dos meios e recursos de produção de riquezas, um número significativamente grande fica sem acesso à remuneração, e com isso, excluído do mercado capitalista. Em contraposição a esta lógica capitalista, a economia social se configura na construção de uma sociedade mais justa, participativa, viável economicamente enquanto produção e distribuição de riquezas, firmando-se numa sociedade alicerçada na cooperação, interação, colaboração e sustentabilidade (GUARIDO; LÉRIAS, 2007).

Enquanto a economia capitalista mundial reforça o modelo de disparidades e exclusões sociais, estudiosos de economia nos mostram que o caminho pode ser trilhado de maneira diferente, ou seja, uma corrente que responda às necessidades das pequenas e médias empresas – normalmente cooperativas e associações de ajuda mútua, (empresas autogestoras), realçando que esta corrente (ajuda política/financeira) proporcionada, quando bem empregada provoca diferenças imensas em relação à saúde, educação e principalmente melhores condições de produção, o que sem duvida, gerará riqueza (GUARIDO; LÉRIAS, 2007).

A partir da segunda metade do século XIX parte do movimento da economia social concentrou-se na formação de uma alternativa global ao desenvolvimento do capitalismo, sendo que as vertentes comunistas e socialistas resultaram nas experiências concretas dos regimes comunistas, começando pela União Soviética. Houve, por outro lado, o desenvolvimento de vertentes cujo escopo restringiu-se a diminuir os efeitos negativos do capitalismo e responder às necessidades não contempladas por ele. Nasce a corrente socializante fundamentada na idéia de cooperação, cujo princípio é a solidariedade mútua entre os homens e a corrente social-cristã, na qual a caridade é o princípio social. Na Europa os governos encontraram formas jurídicas para permitir que as cooperativas e associações realizassem suas metas, motivo pelo qual, segundo alguns autores, as igrejas não se ocuparam do espaço social (AMORIM; ARAUJO, 2004).

No Brasil, a partir da década de 1980, com o fim do ciclo de crescimento da economia brasileira, iniciou-se uma ruptura do padrão de estruturação do mercado de trabalho brasileiro. A partir daí, a tendência de aumento do assalariamento começou a se reverter, o que era evidenciado pelo aumento do peso relativo dos trabalhadores sem carteira assinada, dos pequenos empregadores e dos trabalhadores por conta própria. Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro na década de 1980, ainda era capaz de gerar empregos em um bom ritmo, mas os empregos gerados passaram a ser mais precários. Essa tendência se manteve até os primeiros anos da década de 1990. Além disso, ainda na década de 1980, começou-se a perceber que o crescimento econômico não era garantia de redução das desigualdades sociais. Nesse contexto, a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção social e participação social (AMORIM; ARAUJO, 2004).

Em 2015 o Papa Francisco assinou o novo documento da igreja católica, a Carta Encíclica, com o nome de *Laudato Si: Sobre o Cuidado da Casa Comum*. Dentre tantos temas importantes e atuais o Santo Padre a ecologia e a Economia Social. Segundo Francisco, a ecologia estuda as relações entre os organismos vivos e o meio ambiente onde se desenvolvem. E isto exige sentar-se a pensar e discutir acerca das condições de vida e de sobrevivência da sociedade, com a honestidade de pôr em questão modelos de desenvolvimento, produção e consumo. Nunca é demais insistir que tudo está interligado. O tempo e o espaço não são independentes entre si; nem os próprios átomos ou as partículas subatômicas se

podem considerar separadamente. Assim como os vários componentes do planeta – físicos, químicos e biológicos – estão relacionados entre si, assim também as espécies vivas formam uma trama que nunca acabaremos de individualizar e compreender. Boa parte da nossa informação genética é partilhada com muitos seres vivos. Por isso, os conhecimentos fragmentários e isolados podem tornar-se uma forma de ignorância, quando resistem a integrar-se numa visão mais ampla da realidade. Quando falamos de meio ambiente, fazemos referência também a uma particular relação: a relação entre a natureza e a sociedade que a habita. Isto impede-nos de considerar a natureza como algo separado de nós ou como uma mera moldura da nossa vida. Estamos incluídos nela, somos parte dela e compenetramo-nos. As razões, pelas quais um lugar se contamina, exigem uma análise do funcionamento da sociedade, da sua economia, do seu comportamento, das suas maneiras de entender a realidade. Dada a amplitude das mudanças, já não é possível encontrar uma resposta específica e independente para cada parte do problema. É fundamental buscar soluções integrais que considerem as interações dos sistemas naturais entre si e com os sistemas sociais. Não há duas crises separadas: uma ambiental e outra social; mas uma única e complexa crise socioambiental. As diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza (FRANCISCO, 2015).

2.2 Economia solidária: aproximações conceituais

Em sua Carta de Princípios, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) afirma que a ES constitui o fundamento de uma globalização humanizadora, de um desenvolvimento sustentável socialmente justo e voltado para a satisfação racional das necessidades de todas e todos os cidadãos seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento equilibrado, sobretudo, no bem-viver. Diz o mesmo documento que o valor central da economia solidária é o trabalho, o saber e a criatividade e não o capital-dinheiro e sua propriedade sob quaisquer de suas formas (FBES, 2005).

Para o FBES (2005), a Economia Solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração fraternas, buscando a unidade entre produção, qualidade de vida, consumo e defende que a solidariedade entre os cidadãos do Centro e da

periferia do sistema mundial não podem limitar-se aos benefícios materiais de um empreendimento, mas se definem, também, como eficiência social e da felicidade de seus membros e, ao mesmo tempo, de todo o ecossistema.

No mesmo documento, a ES é apresentada como um poderoso instrumento de combate à exclusão social, representando, segundo o FBES, uma alternativa viável para a geração de trabalho e renda e para a satisfação direta das necessidades de todos e todas, demonstrando que é possível organizar a produção e a reprodução da sociedade de modo a eliminar as desigualdades materiais e difundir os valores da solidariedade humana entre os povos.

Como já mencionado anteriormente, o termo “Economia Solidária” ganhou expressão e oficialidade no Brasil ao longo dos anos 1990 à medida que surgia experiências empreendedoras baseadas na livre associação de pessoas com valores comuns como a cooperação, autogestão, e o desejo de união coletiva. Com a sua expansão, o campo de práticas conhecido como Economia Solidária passou a abarcar diversas categorias sociais e diversas modalidades de organização incluindo unidades informais de trabalho e geração de renda, associações de produtores e consumidores, cooperativas populares, empresas recuperadas por trabalhadores e trabalhadoras, sistemas locais de troca e bancos comunitários (GAIGER; KUYVEN, 2020).

Portanto, nestes mesmos anos, também vão despontando uma série de eventos que reunia estudiosos, pesquisadores e ativistas interessados em um novo campo de práticas sociais, de contornos ainda pouco definidos, mas muito promissor. Tratava-se, de modo geral, de um conjunto diverso de iniciativas de trabalhadores, consumidores e usuários unidos pelos valores de partilha, adesão voluntária, no agir coletivo e em processos participativos, e sobretudo, em princípios de equidade. Nesses encontros, que naquela década se multiplicavam, também ganhavam projeção em nível internacional em razão das primeiras edições do Fórum Social Mundial (FSM). A conceituação de Economia Solidária ainda era algo impreciso, mas logo em seguida foi convertido em objeto de debates político e de tratamento teórico e conceitual, e aos poucos, foi sendo adotado para designar experiências autogestionárias e demarcar sua principal característica: a união da economia com a solidariedade (FERRARINI; GAIGER; SCHIOCHET, 2018).

Paul Singer (2005), um dos criadores do conceito de ES, ressalta que os empreendimentos solidários compreendem diferentes tipos de “empresas” e

associações voluntárias com a intenção de proporcionar aos associados benefícios econômicos mútuos, que surgem como reações a carência que o próprio sistema capitalista dominante se nega a resolver. A carência mais notória é, sem dúvidas, segundo Singer, a pobreza que essencialmente é decorrente da falta de oportunidades para que as pessoas possam participar do processo de produção social.

Nessa direção, pode-se caracterizar a Economia Solidária como o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva e popular, com um certo grau de democracia interna e que remunera o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade (NASCIMENTO, 2008). “Talvez a principal diferença entre economia capitalista e solidária seja o modo como as empresas são administradas” (SINGER, 2002, p. 16). A empresa capitalista pratica a heterogestão, ou seja, a gestão hierarquizada, formada por níveis sucessivos de autoridade. A empresa solidária se administra democraticamente por seus trabalhadores, ou seja, pratica a autogestão (SINGER, 2002).

Gaiger e Kuyven (2020) complementam afirmando que existe um conjunto variado de iniciativas identificadas com a Economia Solidária, com uma diversidade de propósitos subjacentes aos juízos e discursos sobre as práticas e que transitam entre a arena política, em sua defesa, e as abordagens conceituais e analíticas próprias do campo acadêmico. O resultado, portanto, é uma multiplicidade de sentidos do termo e a criação de expectativas variadas a respeito. Ainda assim, estabelece-se na experiência brasileira uma razoável confluência sobre as principais características que tipificam os Empreendimento Econômicos Solidários (EES), embora as questões tomadas como referência, como também, os princípios normativos que deveriam orientá-los, sejam tema de debates e avaliações recorrentes que vão do ideológico ao pragmático. Vitcel (et al., 2010), ainda complementa no sentido de que, a luz da Economia Solidária, percebe-se que algumas problemáticas que vêm se destacando atualmente no debate e na produção científica nas áreas de administração e planejamento regional são as formas de organização da sociedade e os projetos que defendem a superação do entendimento de crescimento econômico pelo desenvolvimento sustentável.

A economia solidária no contexto do desenvolvimento sustentável, para além da lógica do crescimento econômico, muitas vezes a qualquer custo, mostra-se hoje como uma experiência praticada amplamente no Brasil e em muitos outros países.

Embora com outros nomes e significados variados, mas em comum a ideia da solidariedade em contraste com o individualismo competitivo que caracteriza a sociedade de mercado e a economia capitalista. Fazem parte desse novo modelo os empreendimentos urbanos ou rurais, baseados na livre associação, no trabalho cooperativo e na autogestão. São organizações de produtores, consumidores e de créditos que se diferenciam por estimular e praticar a solidariedade entre os membros e a autogestão de suas organizações (CULTI, 2010).

Ainda no ponto de vista do desenvolvimento, Singer (2004) pontua que desde a primeira revolução industrial o capitalismo sempre foi dominante, mas, não excluiu outras formas alternativas que hoje recebem o nome de solidárias. Como exemplo, pode-se citar o desenvolvimento do cooperativismo ocorrido na Grã-Bretanha no início do século XIX e que depois se popularizou pelo mundo inteiro.

Neste mesmo sentido, Gaiger e Kuyven (2020) acrescentam que o termo “Economia Solidária” se consolida no Brasil no decorrer da década de 90 à medida que surgiam iniciativas baseadas na livre adesão de pessoas reconhecidas por seu caráter participativo e por seus valores de cooperação e autogestão. Com seu crescimento, o campo identificado com a Economia Solidária passou a abarcar diferentes categorias sociais e diversas modalidades de organização, como por exemplo, associações de produtores e consumidores, empresas recuperadas por trabalhadores e cooperativas populares.

Paul Singer (2004) ressalta que os EES compreendem diferentes tipos de “empresas” e associações voluntárias com a intenção de proporcionar aos associados benefícios econômicos mútuos. Gaiger (2004) salienta que as linhas determinantes da economia popular solidária não estão definidas, pois se apresentam em meio à ambiguidades e contradições. O uso corrente do conceito recobre um conjunto de iniciativas com motivações, origens e naturezas distintas, que não comportam tendências espontaneamente confluentes, que redundariam, por uma força natural de aproximação, em uma nova totalidade social, a abraçar integralmente as diversas formas de vida dos trabalhadores. Cabe ainda recordar que os sujeitos de boa parte das experiências pertencem aos extratos populacionais mais pobres.

Para o Fórum Brasileiro de Economia Solidárias, as convergências em torno da Economia Solidária estão, sobretudo, em pontos como: valorização social do trabalho humano; a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da

criatividade tecnológica e atividade econômica; o reconhecimento do espaço fundamental das mulheres e do feminino numa economia fundamentada na solidariedade e fraternidade; a busca de uma relação respeitosa com a natureza; e os valores da cooperação e da solidariedade (FBES, 2005).

No quadro a seguir estão elencados os principais princípios que norteiam a Economia Solidária e que, portanto, são a base para a formação dos Empreendimentos Econômicos Solidários.

Quadro 1 - Princípios da economia solidária

| PRINCÍPIO | CONCEITUAÇÃO |
|--------------------|---|
| Cooperação | Trata-se da existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva que podem agregar um conjunto grande de atividades individuais e familiares. |
| Autogestão | É quando os membros das organizações exercitam sua participação nos processos de trabalho, nas definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, na direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Em um projeto de autogestão, os apoios externos de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não substituem nem impedem o protagonismo dos verdadeiros sujeitos da ação. |
| Dimensão Econômica | Trata-se de uma das bases motivacionais para a união de esforços e recursos em organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve um conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais. |
| Solidariedade | A solidariedade nos empreendimentos é expressa em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável e com o desenvolvimento sustentável dos biomas; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares; na preocupação com o bem-estar dos(as) trabalhadores(as) e consumidores(as); e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras. |

Fonte: Rede de Gestores Ecosol (2008).

De modo geral, a Economia Solidária surgiu no contexto da emergência do capitalismo industrial, como reação ao gigantesco empobrecimento dos artesãos provocado pela proliferação das máquinas e da organização fabril da produção (SINGER, 2002). A exploração do trabalho nas fábricas não tinha limites legais, com isso, industriais mais esclarecidos começaram a propor leis de proteção aos trabalhadores. Entre eles encontrava-se o britânico Robert Owen. Amorim e Araújo (2004) complementam que na segunda metade do século XIX, as concepções de

Owen, Fourier e Proudhon idealizaram experiências de comunidades e cidades de cooperação a fim de demonstrar a superioridade de uma nova organização econômica caracterizada pela solidariedade.

Gaiger (2013) acrescenta que, especialmente, nos países periféricos em relação ao centro hegemônico mundial, sempre subsistiram práticas econômicas fundamentadas no trabalho e amparadas em laços de reciprocidade, nos quais a produção material atendia as necessidades coletivas e guardavam um sentido primordialmente social. Desde o século XIX, em paralelo ao domínio do capitalismo, estratégias associativas e cooperativas buscavam condições melhores de vida a importantes contingentes sociais e, ademais, vêm mantendo vigentes princípios de produção de bens, de organização do trabalho e de circulação da riqueza que difere da racionalidade estrita do capital.

O cooperativismo nasceu no mesmo berço das lutas sindicais e político-partidárias, nas quais ganhou forma e vigor o movimento operário. Nenhuma dessas três frentes conduziu aos desfechos revolucionários, ardorosamente esperados e alimentados como via de passagem ao socialismo; nenhuma escapou a desvirtuamentos e instrumentalizações, por vezes com desenlaces trágicos. Contudo, nenhuma deixou de afetar radicalmente a face do capitalismo e de alimentar anseios e aspirações que seguem impelindo indivíduos e coletividades a lutarem contra a perversidade e a desumanização (GAIGER, 2013).

No Brasil, os estudiosos da Economia Solidária convergem quanto às transformações históricas que tiveram maior impacto sobre o aparecimento e a revitalização de práticas associativas e cooperativas. No inventário macroeconômico do final do século XX, citam-se, em primeiro lugar, as mudanças no modelo de acumulação capitalista, por seus efeitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as estruturas e cadeias produtivas e a geopolítica. A isto se vincula a crise de grande magnitude que então atingiu o modo de trabalho assalariado, cujos reflexos têm sido ondas de desemprego em larga escala e de instabilidade econômica, obrigando os trabalhadores à busca de alternativas de ocupação e renda (GAIGER, 2013).

Ainda sob o prisma teórico-conceitual da ES, revela-se no debate atual as pertinentes reflexões acerca da Tecnociência Solidária. Para Dagnino (2020), Tecnociência Solidária é a decorrência cognitiva da ação de um coletivo de produtores sobre um processo de trabalho que, em função de m contexto

socioeconômico e de um acordo social, os quais ensejam, no ambiente produtivo, um controle de ordem autogestionária, e uma cooperação, provoca modificações nos produtos gerados cujo resultado material pode ser apropriado segundo a decisão coletiva, ou seja, dos empreendimentos solidários.

2.3 Trajetória da economia solidária no Brasil

O cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, trazido pelos emigrantes europeus. Tomou principalmente a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As cooperativas de consumo eram em geral formadas por empresas que serviam para proteger os trabalhadores dos rigores da alta dos preços. As cooperativas agrícolas se expandiram e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. Mas nenhuma destas cooperativas tinha caráter autogestionário. Portanto, com a crise social das décadas perdidas de 1980 e de 1990, em que o país se desindustrializou, milhões de postos de trabalho foram perdidos, acarretando desemprego em massa e acentuada exclusão social, a economia solidária reviveu no Brasil. Ela assumiu em geral a forma de cooperativa ou associação produtiva, sob diferentes modalidades, mas sempre autogestionárias (SINGER, 2002).

A Economia Solidária ressurgiu no país na década de 1980 como uma resposta dos trabalhadores e trabalhadoras e comunidades pobres mobilizadas socialmente frente a crise social provocada pela estagnação econômica a qual foram submetidas as populações periféricas no contexto das contradições da acumulação capitalista. No entanto, a ES ganha visibilidade na década seguinte quando se incorpora de forma mais visível as potencialidades transformadoras expressas nas lutas populares. Assim, de uma resposta dos/as trabalhadores/as e comunidades empobrecidas a crise passa a ser reconhecida em seu caráter emancipatório (SCHIOCHET, 2011).

Pochamann (2004) complementa que, a partir do início da década de 1980, com a interrupção do ciclo de industrialização, o Brasil ingressou na mais longa crise de desenvolvimento desde 1840. Por conta disso, o país registra sinais expressivos de regressão ocupacional, após cinco décadas de avanços consecutivos no processo de estruturação do mercado de trabalho.

Desse modo, ainda nos anos de 1980, a Cáritas, entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), financiou milhares de pequenas ações denominadas de Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Desse modo, uma boa parte dos PACs destinava-se a gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das localidades pobres das metrópoles e da zona rural das diferentes regiões do país. Uma parcela dos PACs acabaram se transformando em unidades de economia solidária. Houveram, inclusive, PACs em assentamentos de reforma agrária liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), confluindo com o cooperativismo agrícola criado pelos MST (SINGER, 2002).

Outra modalidade foi a tomada de empresas falidas, ou em via de falir, pelos seus trabalhadores que as ressuscitaram como cooperativas de autogestão. Após casos isolados na década de 1980, o movimento começou em 1991 com a falência da empresa calçadista Makerli, de Franca - SP, que deu lugar à criação da Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária (ANTEAG), à qual estão hoje filiadas centenas de cooperativas. A mesma atividade de fomento e apoio à transformação de empresas em crise em cooperativas de seus trabalhadores é desenvolvida pela União e Solidariedade das Cooperativas do Estado de São Paulo – UNISOL (SINGER, 2002).

No tocante as Políticas Públicas de Economia Solidária (PPES), as ações de apoio e fomento governamental só começaram a avançar e obtiveram maior visibilidade após a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) pelo Governo Federal em 2003. A partir de uma articulação entre entidades nacionais que trabalhavam com a Economia Solidária e de gestores públicos de governos estaduais e municipais esse debate se inicia no contexto dos Fóruns Social Mundial. Desse modo surge, portanto, uma proposta que posteriormente foi encaminhada ao governo Lula de implementação de uma Política Nacional de apoio à Economia Solidária (SCHIOCHET, 2012).

Não há como negar que a Economia Solidária foi uma estratégia própria da sociedade civil. No entanto, na medida em que as “forças democrático-populares” obtiveram êxito na conquista de governos locais, a Economia Solidária passou também a ser incorporada na agenda das políticas públicas localizadas. Foi na segunda metade dos anos 2000 que foram implantados os primeiros programas e ações governamentais de apoio à Economia Solidária. Essas iniciativas ganharam maior relevância e visibilidade quando implantadas em municípios metropolitanos,

como: Porto Alegre, São Paulo, Recife e Belém. Assim, a Economia Solidária emerge igualmente a partir da ação governamental e não apenas da sociedade civil (SCHIOCHET, 2012).

Do ponto de vista das Políticas Públicas, a inclusão da economia solidária nas ações governamentais explicitava os limites e contradições do “Estado mínimo para o social”, pois a economia solidária exigia uma posição cada vez mais ativa dos governos: compor equipes qualificadas de gestores, planejar ações de longo prazo, viabilizar capacidade de alocação de recursos, integrar o Estado à economia real das comunidades. De alguma maneira pode-se afirmar que as exigências da economia solidária contribuíram para a crítica das políticas neoliberais e para a defesa da participação mais ativa do Estado no enfrentamento das questões sociais (SHIOCHET, 2009).

A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) surge em 2003 com o objetivo de articular as Políticas Públicas em um momento em que a ES estava entrando numa fase de crescente reconhecimento público, mas com incipiente institucionalização. Ela havia começado a tomar corpo na primeira metade dos anos 1990, com a multiplicação das empresas recuperadas, em razão da desindustrialização e do desemprego em massa, das cooperativas nos assentamentos de reforma agrária, das cooperativas populares nas periferias metropolitanas, formadas com o auxílio de incubadoras universitárias e dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs) semeados pela Cáritas nos bolsões de pobreza dos quatro cantos do Brasil (SINGER, 2009).

A SENAES foi criada no primeiro ano de gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em cumprimento do seu programa de governo e tendo em vista a retomada do desenvolvimento econômico brasileiro e a execução da sua meta prioritária do “Programa Fome Zero”. Com a criação da SENAES, o movimento de economia solidária, presente em parte do território, rapidamente se expandiu, tornando-se nacional. Em associação à com a instalação da secretaria, em junho de 2003, foram criados o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) e a Rede Nacional de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária (SINGER, 2014).

Figura 1 - Logotipo do FBES



Fonte: FBES, 2021.

O Fórum Social Mundial (FSM) foi um dos momentos decisivos na história da economia solidária no Brasil. Desde sua primeira edição em 2001 teve papel significativo como espaço de articulação entre uma série de entidades que começaram a dar forma a esse movimento. No primeiro FSM foi legitimado um Grupo de Trabalho de Economia Solidária (GT Nacional) que a partir de então foi o centro de mobilização para uma sequência de iniciativas políticas pensadas para configurar o movimento (SANTOS; CARNEIRO, 2008).

Uma das primeiras políticas desenvolvidas pela SENAES a partir de 2005 foi o mapeamento periódico dos empreendimentos de economia solidária (EES), dentro dos marcos do Sistema de Informação da Economia Solidária (Sies). O primeiro mapeamento foi realizado em 2007 e registrou a existência de 21.859 EES. Este primeiro mapeamento, em função das limitações de recursos e de tempo, cobriu apenas 2.933 municípios, que representam 53% das municipalidades do Brasil. O Sies prevê que os mapeamentos deverão ser realizados a cada quatro anos (SINGER, 2014).

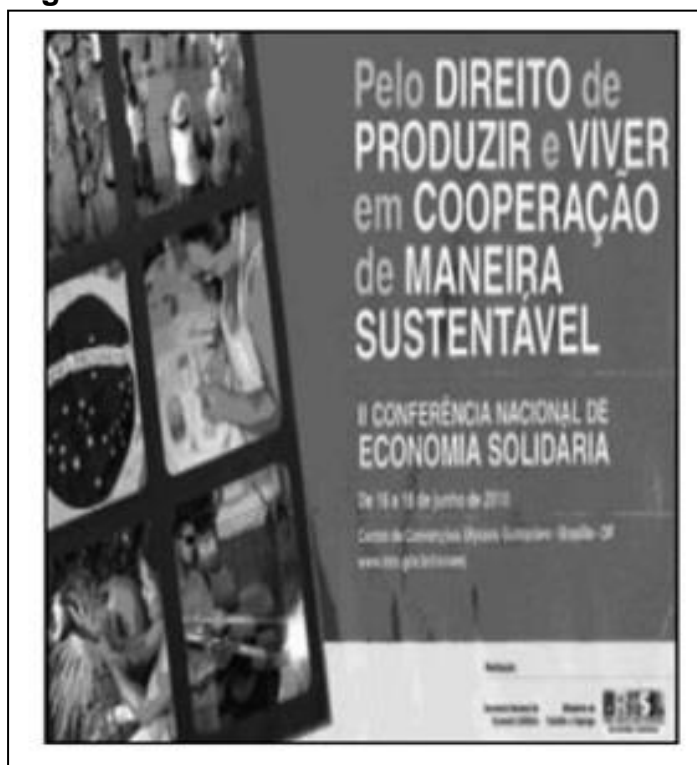
A Secretaria Nacional de Economia Solidária também organizou as I, II e III conferências nacionais de economia solidária (CONAES), ocorridas nos anos de 2006, 2010 e 2014 e foram momentos de participação ativa da sociedade engajada na construção de uma política nacional de economia solidária (MELO, 2020).

Figura 2 - I CONAES



Fonte: MTE, 2021.

Figura 3 - II CONAES



Fonte: MTE, 2021.

Figura 4 - III CONAES



Fonte: MTE, 2021.

A I Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em Brasília, de 26 a 29 de junho de 2006, foi convocada em conjunto pelos Ministérios do Trabalho e Emprego, do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. A I CONAES foi precedida por mais de uma centena de conferências territoriais e por conferências estaduais em todas as Unidades da Federação. A primeira conferência teve como tema: Economia Solidária Como Estratégia de Política e Desenvolvimento (MTE, 2014).

A primeira Conferência aprovou um conjunto significativo de prioridades para as políticas públicas de ES em diversas áreas de intervenção: marco jurídico, crédito e finanças solidárias, produção e comercialização, formação, comunicação, entre outras. Apontou a necessidade de uma Lei Orgânica e de um Sistema de Políticas Públicas de economia solidária e afirmou a necessidade de ampliação do espaço institucional da política de economia solidária no Governo Federal (TEM, 2014).

Em 2010, o Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a II CONAES com os objetivos de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da economia solidária e das suas políticas públicas e avançar no reconhecimento do direito a formas de organização econômica baseadas no

trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperação, na autogestão, na sustentabilidade e na solidariedade. Realizada em Brasília, nos dias 16 a 18 de junho de 2010, a II CONAES teve como tema: o direito às formas de organização econômica baseadas no trabalho associado, na propriedade coletiva, na cooperativa e na autogestão, reafirmando a ES como estratégia e política de desenvolvimento (MTE, 2014).

Figura 5 - II CONAES



Fonte: MTE, 2021.

Por fim, após quatro anos da segunda conferência, o Conselho Nacional convocou a terceira conferência a ser realizada no mês de novembro de 2014 em Brasília/DF que teve como objetivo principal a formulação do Plano Nacional de Economia Solidária (MTE, 2014).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo será apresentado as principais ações desenvolvidas nos últimos anos no estado da Paraíba no tocante as Políticas Públicas de Economia Solidárias planejadas e postas em prática pela gestão estadual, principalmente, nas ações operacionalizadas pela Secretaria Executiva de Economia Solidária e Segurança Alimentar (SESAES), como também, por outros atores organizados que muito contribuem para o fortalecimento dessas ações.

3.1 Cenário da economia solidária na Paraíba

De acordo com Melo (2020) as ações de apoio a Economia Solidária na Paraíba começaram em 2011 considerando como marco principal a execução do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária e a criação da Diretoria de Economia Solidária vinculada a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Humano da Paraíba (SEDH), posteriormente qualificada a Secretaria Executiva de Economia Solidária e Segurança Alimentar.

Segundo o Plano Estadual de Economia Solidária de 2016, os resultados dos mapeamentos da ES realizados pela SENAES entre 2007 e 2013 demonstram a variação ao longo dos anos das principais características e desafios dos EES. Portanto alguns dados são exemplares desse contexto: em relação ao número de EES e de trabalhadores associados envolvidos foram identificados em 2007 a existência de 670 empreendimentos, com a participação de aproximadamente 57 mil trabalhadores vinculados, sendo a participação relativa dos homens de 53% e mulheres 47%.

No entanto, no mapeamento realizado no ano de 2013 foram identificados 416 negócios com a participação de aproximadamente 14 mil trabalhadores associados, sendo a participação relativa de mulheres de 51% superior a dos homens com 48%. Portanto, mesmo considerando questões de ordem metodológica na realização dos mapeamentos, a variação encontrada ao longo desses anos reflete um cenário de grandes desafios para a sustentabilidade economia dos EES e uma variação considerável do número de trabalhadores envolvidos. Além disso, fica evidente a importância de um levantamento e diagnóstico no âmbito do Estado com o objetivo de conhecer mais profundamente o campo da Economia Solidária.

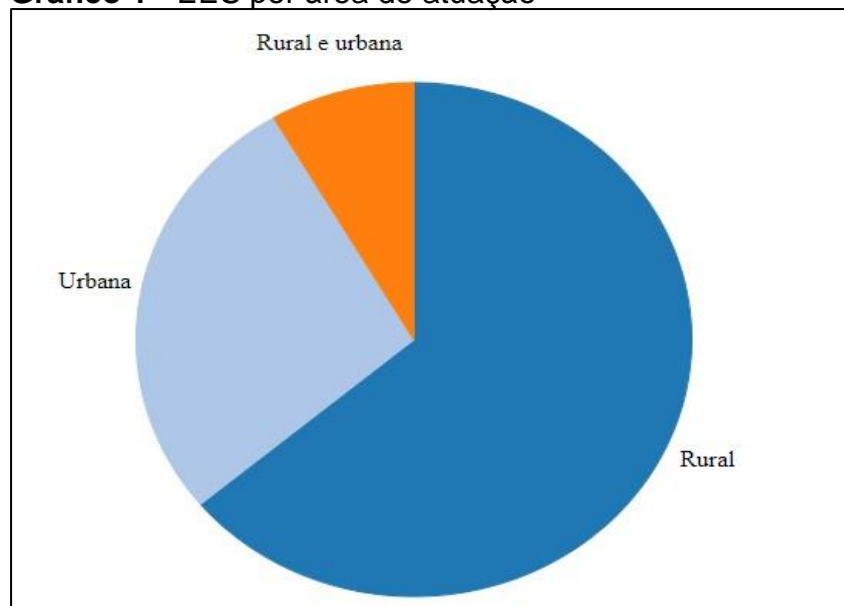
Quadro 2 - Mapeamentos dos EES na Paraíba

| | 2007 | 2013 |
|---|---|---|
| Número de EES | 670 | 416 |
| Trabalhadores Associados | 57 mil | 14 mil |
| Participação relativa de trabalhadores associados | 53% homens – 47% mulheres | 51,4% mulheres – 48,6% homens |
| Formas de organização | 58% associações; 31% grupos informais; 7,8% cooperativas. | 49% associações; 46% grupos informais; 5,5% cooperativas. |

Fonte: elaborado pelo autor com base no Plano Estadual de ES.

Com relação à área de atuação, apesar de pequenas variações de 2007 para 2013 percebeu-se que a área rural concentra ampla maioria dos empreendimentos com 64% das iniciativas em 2013, tendo a área urbana 28%. Vale destacar que 8% atuam no meio rural e urbano.

Outro dado importante dos mapeamentos é referente ao tipo de atividade econômica predominante. Observou-se que no Estado há uma grande diversidade, sendo as atividades de produção ou produção e comercialização as mais frequentes, com 47% em 2013. Também se destacaram a atividade de poupança, crédito ou finanças solidárias com 29% das iniciativas, o que mostra a importância das experiências de finanças solidárias no estado, principalmente os fundos rotativos solidários. Além dessas atividades destacou-se também as atividades de consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios com 16% e 15% respectivamente (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Gráfico 1 - EES por área de atuação

Fonte: Atlas digital da economia solidária – mapeamento de 2013.

No tocante a trajetória da ES paraibana, todas as iniciativas existentes na Paraíba são acompanhadas desde 2003 pelo Fórum Estadual de Economia Solidária que junto com outros atores da sociedade civil e do poder público procuram efetivar políticas públicas de economia solidária no Estado, porém, de modo bastante incipiente. Exemplo dessas limitações se demonstraram em 2009 com avanço do diálogo entre lideranças, Governo do Estado da Paraíba e Secretaria Nacional de Economia Solidária permitindo a aprovação e implantação de um Centro Público de Economia Solidária voltado para comercialização, incubação e formação de EES, sendo que a implantação do referido equipamento não se viabilizou por falta de provisão orçamentária no âmbito estadual (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Já em 2010 houve avanço na construção da Política Pública de Economia Solidária no estado com a participação ativa do Governo Estadual através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano na preparação e realização da II Conferencia Nacional de Economia Solidária (CONAES), fato que não aconteceu na I CONAES uma vez que o governo do estado recusou o apoio. A participação ativa do Governo da Paraíba levou o Fórum Estadual de Economia Solidária da Paraíba a escrever uma moção destacando a importância dessa parceria para o fortalecimento da ES no estado, não apenas pelo valor de ser orçamento anual, mas pela possibilidade de institucionalizar uma política que pudesse reconhecer os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras associados, e com isso, construir uma integração das diversas ações e setores (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Em relação a proposta de criação da lei e de um Conselho, em 2011 o Fórum Estadual reunido com a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE/PB) e com a SEDH, conjuntamente, construíram uma minuta de projeto de lei a ser apresentada a Assembleia Legislativa da Paraíba (ALPB). Este projeto, dentre várias questões, também indicava a criação de um órgão gestor e de um Fundo específico para fomento da ES no Estado da Paraíba. Contudo, naquele ano as negociações não foram adiante e o projeto de lei não foi apreciado pela ALPB. Entretanto, em termos de legislação a grande conquista foi a criação do Conselho de Economia Solidária no município de João Pessoa em 2013 (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Cabe destacar quem em 2011 a SENAES lança em todo o país o Edital do Projeto de Ações Estaduais Integradas de Economia Solidária para o Desenvolvimento Local e Territorial (PAIES). O Fórum Estadual juntamente com outras entidades apresenta uma proposta para este edital contando com o apoio da SEDH que assinou o convenio com a SENAES. O PAIES apesar de aprovado em 2011 só iniciou sua execução em 2014 sendo administrado com grande esforço da diretoria de Economia Solidária da SEDH. Portanto, com um orçamento de quase R\$ 2 milhões, o PAIS teve como objetivo principal o apoio a implantação de ações integradas de economia solidária como estratégia de promoção do desenvolvimento local e territorial sustentável visando a superação da extrema pobreza por meio da geração de renda em iniciativas econômicas solidárias (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Quadro 3 - Objetivos do PAIES

| | |
|-------------------|--|
| Objetivo 1 | Fomentar o desenvolvimento local e territorial sustentável e solidário por meio da implantação e consolidação de ações integradas de economia solidária em territórios caracterizados pela concentração de extrema pobreza; |
| Objetivo 2 | Apoiar iniciativas de geração e manutenção de postos de trabalho, de melhoria de renda e das condições de vida de comunidades com população em situação de extrema pobreza; |
| Objetivo 3 | Implantar espaços físicos multifuncionais com a finalidade de disponibilizar serviços aos empreendimentos econômicos solidários na comercialização de produtos e serviços, formação, assistência técnica, incubação de empreendimentos econômicos solidários e apoio a iniciativas de finanças solidárias; |
| Objetivo 4 | Capacitar agentes de economia solidária para atuação nas ações de sensibilização, mobilização, organização de demandas e assessoramento sistemático às comunidades e empreendimentos econômicos solidários; |
| Objetivo 5 | Implantar iniciativas de comercialização solidária com bases de serviço de apoio, redes de cooperação e pontos fixos de apoio à comercialização; |
| Objetivo 6 | Desenvolver atividades sistemáticas de assessoria técnica e incubação necessárias ao desenvolvimento e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários; |
| Objetivo 7 | Fomentar iniciativas de finanças solidárias por meio da constituição e fortalecimento de Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Rotativos Solidários, Cooperativas de Crédito Solidário, Poupança Comunitária e outras formas de microcrédito produtivo orientado. |

Fonte: MTE, 2020.

As ações do PAIEs implementadas pela CEDH na Paraíba foram administradas seguindo cinco eixos estratégicos centrais: 1) Fortalecimento das Redes do Cooperação Econômica; 2) Apoio as iniciativas de finanças solidárias, especificamente os Fundos Rotativos Solidários e Bancos Comunitários; 3) Constituição de espaços de comercialização solidários; 4) Realização de atividades

sistemáticas; 5) Fortalecimento da institucionalidade das políticas públicas de economia solidária através da constituição de centros públicos de Economia Solidária e Casas de Economia Solidária (MELO, 2020).

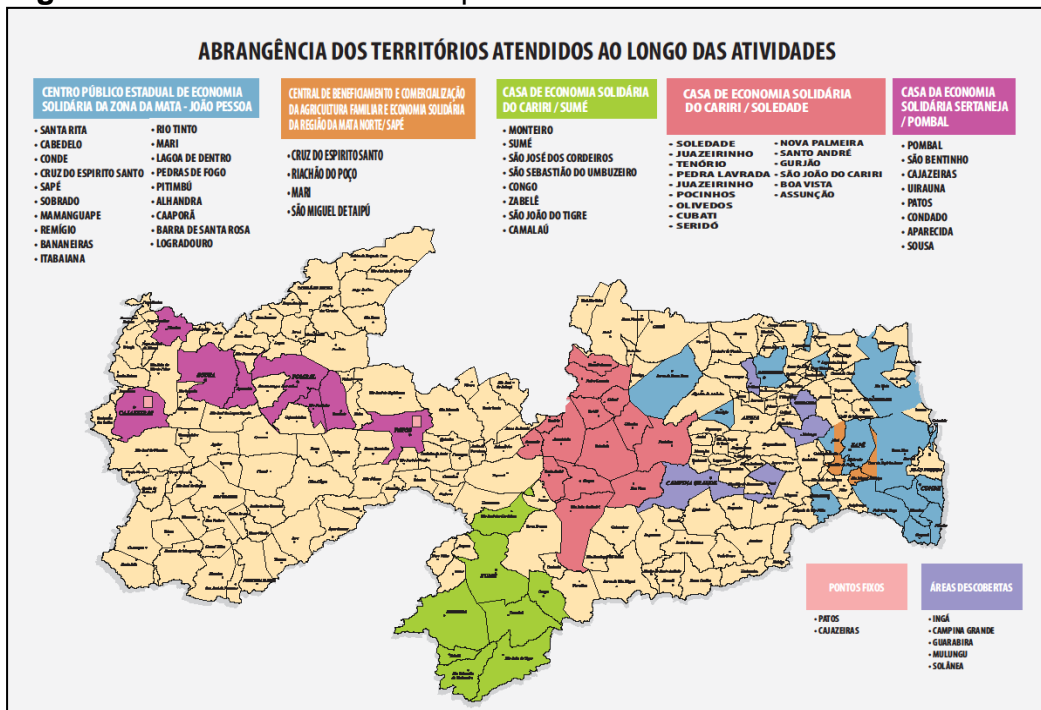
Figura. 6 - Logotipo da PAIES



Fonte: TEM, 2020.

Segundo o Relatório de Gestão da SESAES, um total de 45 (quarenta e cinco) empreendimentos e mais de 2.000 (duas mil) famílias foram atendidas e beneficiadas pelas ações do PAES, nos segmentos de finanças, agricultura familiar, artesanato e resíduos sólidos, com um investimento da ordem de R\$ 2,39 milhões.

Figura 7 - Territórios atendidos pelas PAES na Paraíba



Fonte: SESAES – Relatório de Gestão, 2015-2018.

O Estado da Paraíba através da Secretaria de Estadual de Desenvolvimento Humano (SEDH) firmou um convenio com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), para apoio as empresas solidárias, espaços de comercialização e além das finanças solidárias que naturalmente fortalecem as redes produtivas. Conforme o Relatório de Gestão 2015-2018 da Secretaria Executiva de Economia Solidária e Segurança Alimentar da Paraíba, os recursos que foram investidos totalizaram mais R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) para as iniciativas solidárias, além de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para o fortalecimento das cadeias produtivas (MELO, 2020).

Além do PAIES, destacou-se entre 2011 e 2014 mais 10 (dez) parcerias realizadas pela SENAES no Estado da Paraíba. Estas parcerias contaram com outros órgãos públicos, universidades e entidades do terceiro setor. Neste período as parcerias, incluindo o PAIES, somaram aproximadamente R\$ 10 milhões, com meta de apoiar 270 EES. No entanto, poucas ações foram executadas, prejudicando os empreendimentos econômicos solidários que, infelizmente, deixaram de receber apoio técnico (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Seguindo nas ações de Políticas Públicas implementadas no Estado da Paraíba também merece destaque o volume de recursos transferidos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (FUNCEP/PB), para ações de Economia Solidária no estado através da formalização de convênios e termos de cooperação (MELO, 2020).

Figura 8 - Logotipo do FUNCEP/PB



Fonte: Governo da Paraíba, 2021.

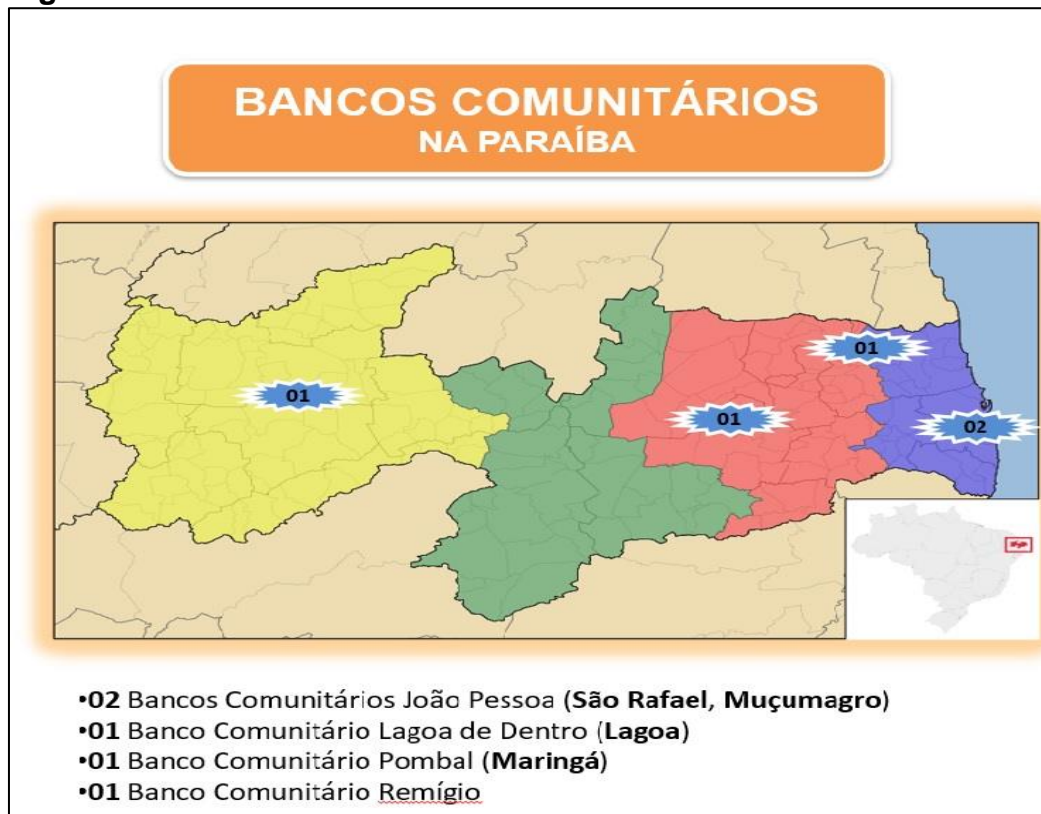
O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza no Estado da Paraíba - FUNCEP, instituído pela Lei Nº 7.611/2004, objetiva viabilizar, aos paraibanos, acesso aos níveis dignos de subsistência, cujos recursos serão aplicados, exclusivamente, em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, saneamento básico, reforço de renda familiar (inclusão produtiva) e outros programas de relevante interesse social, voltados para a melhoria da qualidade de vida (PARAÍBA, 2021).

Melo (2020) coloca que no ano de 2016 foi aprovado através do Conselho Gestor do FUNCEP/PB uma fixação de recurso da ordem de R\$2.127,000,00 (dois milhões e cento e vinte e sete mil reais) para a economia solidária, entretanto, apenas R\$ 903.996,34 (novecentos e três mil e novecentos e noventa e seis reais e trinta e quatro centavos) foram executados em ações das políticas públicas de ES.

O orçamento anual direcionado para a Economia Solidária através do FUNCEP/PB totaliza, em média, R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). Estes valores foram usados na aquisição de serviços de assessoria técnica, jurídica e contábil, e na compra de material permanente para os Centros Públicos de Economia Solidária. Entretanto, de modo geral, constatou-se o baixo percentual de recursos para a economia solidária por parte do FUNCEP/PB. Embora os valores executados permitissem o financiamento de determinadas ações das PPES no Estado da Paraíba o quantitativo foi bem aquém do necessário para o efetivo fortalecimento dos empreendimentos solidários e da própria Política Pública de Economia Solidária (MELO, 2020).

Outra importante iniciativa constituída na Paraíba são os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD). Quatro experiências no estado surgiram como fruto direto do Projeto de Ações Integradas de Economia Solidária (PAIES) após o processo de sensibilização junto ao poder público do movimento de economia solidária e especialmente dos participantes de grupos de finanças solidárias. Os BCDs, por sua concepção, assumiram esse papel de diálogo junto aos entes públicos, provocando, cobrando e propondo o avanço de iniciativas solidárias nos territórios (SANTOS; SANTOS, 2021).

Figura 9 - Bancos comunitários na Paraíba



Fonte: CESAES, 2018.

Dentre as iniciativas solidárias verificadas ao longo dos anos no Estado da Paraíba, merecem igual destaque algumas experiências exitosas que resistem no Sertão Paraibano. Estas organizações coletivas são apoiadas por Organizações Não-Governamentais e entidades ligadas a igreja católica. A seguir esses exemplos são apresentados.

3.2 Economia solidária no sertão paraibano

Destaca-se no interior da Paraíba, Médio Sertão, iniciativas voltadas para as finanças solidárias do tipo Fundos Rotativos Solidários (FRS) em várias comunidades assistidas pelo Centro de Educação Popular e Formação Social (CEPFS), organização não governamental e sem fins lucrativos que atua naquela região sertaneja.

Fundo Rotativo Solidário é uma poupança coletiva formada a partir de contribuições voluntárias (financeira, material ou animal) de pessoas que dela participam. Os FRS têm o objetivo de permitir aos integrantes do grupo ou outros

moradores da comunidade obterem um crédito e utilizá-los de acordo com suas necessidades. Nesse sentido, através do empoderamento proporcionado pela gestão de FRS destacam-se as seguintes comunidades rurais: sítio Glória, localizada no município de Imaculada; comunidade Santo Antônio, na cidade de Maturéia; e comunidades São José de Belém, Livramento e Coronel localizadas no município de Teixeira (CEPFS, 2019).

As imagens a seguir representam simbolicamente o quanto as práticas solidárias no sertão paraibano tem emancipado trabalhadores e trabalhadoras através do trabalho comunitário que une essas pessoas em busca de objetivos e resultados comuns, tanto do ponto de vista do trabalho, mas sobretudo, da distribuição dos frutos do esforço de todos e todas.

Figura 10 - Comunidade São José de Belém em Teixeira, PB



Fonte: CEPFS, 2019.

Figura 11 - Reunião com associações comunitárias em Teixeira, PB



Fonte: CEPFS, 2019.

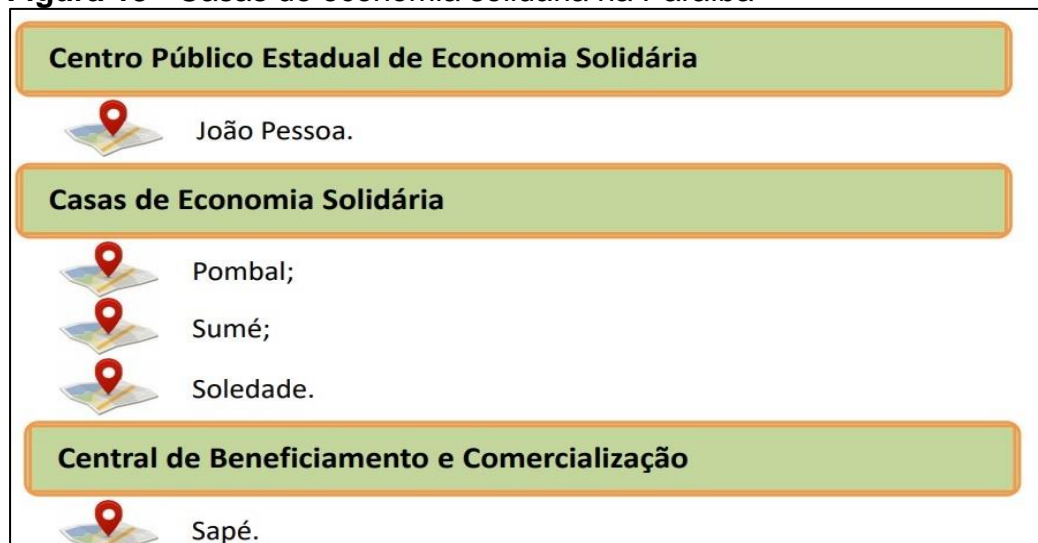
Figura 12 - Comunidade Glória em Teixeira, PB



Fonte: CEPFS, 2019.

Outra Política Pública articulada pelo governo estadual se desenvolve através das Casas Públicas de Economia Solidária. Esses espaços multifuncionais oferecem oportunidades de geração de empregos, fortalecimento e promoção do trabalho coletivo seguindo os princípios da Economia Solidária. São instrumentos importantes para a consolidação de uma política transversal para a Economia Solidária no Estado da Paraíba agrupando ações de formação e capacitação, assessoria técnica, divulgação, comercialização e articulação social e política do movimento de economia solidária. Consistem em estruturas criadas e mantidas pela parceria entre o poder público e a sociedade civil organizada (SESAES, 2021).

Figura 13 - Casas de economia solidária na Paraíba



Fonte: SESAES, 2018.

Importante mencionar que a economia solidária para avançar no estado da Paraíba enquanto política pública contou em 2016 com R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais) em investimento do poder público para efetiva implantação de sua política que tem como uma das principais estratégias as Casas de Economia Solidária e o Assessoramento Técnico Permanente através de uma ação estratégica administrada através de eixos estruturantes que são implementadas de forma integrada e adequada as realidades distintas de cada território (PLANO ESTADUAL, 2016).

No interior do Estado a Ação Social Diocesana de Patos (ASDP) através de um trabalho próprio da instituição ligada a Diocese de Patos-PB, mapeou em 2019 as experiências solidárias no Médio Sertão Paraibano considerando 07 (sete) microrregiões: Vale do Sabugi, Vale do Piancó, Vale das Espinharas, Vale do Médio Piranhas, Serra de Princesa, Serra do Teixeira e Serra do Cariri. A ASDP (2019) pontua que 56 experiências foram mapeadas, e, portanto, 43 estão localizadas em territórios camponeses e 13 em territórios quilombolas, com um número de 1004 pessoas envolvidas, dentre às quais 53,1% é do gênero feminino e 46,9% do gênero masculino (CARVALHO et al., 2020).

As experiências de Economia Solidária constituem-se numa diversidade de expressões, que trazem como elemento comum o cultivo do espírito solidário entre as pessoas e o cuidado com o ambiente, conforme se apresenta no quadro 01.

Quadro 4 - Expressões de economia solidária identificadas no médio sertão da Paraíba

| Expressões de Economia Solidária | Leg | Experiências identificadas |
|-----------------------------------|-----|--|
| Artesanato | AT | Barro, crochê, costura, culinária, madeira, palha, materiais recicláveis, sisal, decoupage. |
| Beneficiamento da produção | BP | Polpa de frutas, doces, arroz vermelho. |
| Criação animal | CA | Abelhas, aves de terreiro, caprinos, ovinos e bovinos. |
| Comércio Justo e Solidário | CJ | Venda na própria comunidade, feira da agricultura familiar, venda direta em domicílio, programas de fortalecimento da agricultura familiar, ponto fixo de comercialização. |
| Embelezamento e estética corporal | EC | Salão de beleza, manicure e pedicure. |
| Fundos Rotativos Solidários | FR | crédito solidário, consórcios comunitários, bazar, quermesses |
| Organizações sociais de base | OB | Associações comunitárias, centrais de associações, cooperativas, colônia de pescadores |
| Em defesa da sociobiodiversidade | SB | Bancos de Sementes Comunitários, produção de mudas nativas e adaptadas, produção de cactos e suculentas. |

Fonte: Carvalho et al, 2020.

A ASDP (2019) pontua que, em relação as experiências de Economia Solidária (ES) mapeadas, totalizando um total de 56 iniciativas, nas sete microrregiões que constituem o Médio Sertão paraibano, conforme apresenta o Quadro 02.

Quadro 5 - Quantidade de grupos de ES a serem acompanhados

| Microrregião | Estágio | | | Territórios | | Participantes | | | Porcentagem | |
|------------------------|-----------|-----------|-----------|-------------|-----------|---------------|------------|-------------|-------------|-------------|
| | ER | EI | T | Cam | Qui | F | M | T | F | M |
| Vale do Sabugi | 4 | 16 | | 14 | 6 | 248 | 218 | 466 | 53,2 | 46,8 |
| Vale das Espinharas | 4 | 5 | | 9 | | 87 | 77 | 164 | 53,0 | 47,0 |
| Vale do Médio Piranhas | | 5 | | 5 | | 57 | 61 | 118 | 48,3 | 51,7 |
| Vale do Piancó | 2 | 8 | | 10 | | 82 | 78 | 160 | 51,3 | 48,8 |
| Serra de Princesa | 1 | 4 | | 4 | 1 | 17 | 21 | 38 | 44,7 | 55,3 |
| Serra do Teixeira | 2 | 2 | | 1 | 3 | 30 | 14 | 44 | 68,2 | 31,8 |
| Serra do Cariri | 2 | 1 | | | 3 | 6 | 0 | 6 | 100 | 0 |
| TOTAL | 15 | 41 | 56 | 43 | 13 | 533 | 471 | 1004 | 53,1 | 46,9 |

Legenda
ER (Experiência Referencial), EI (Experiência Iniciante), F (Feminino), M (Masculino), T (Total).

Fonte: Carvalho et a, 2020.

Dentre os grupos a serem acompanhados, 15 são ER e 41 EI. Quanto aos critérios para escolha e classificação das experiências foram considerados os seguintes pontos: a) que tenham base territorial em comunidades onde foram identificadas práticas de transição agroecológicas e comunidades quilombolas; b) que estejam com o intuito de fortalecer práticas que não agridam o ambiente; c) que se organizem em vista do protagonismo das pessoas envolvidas; d) que os seus membros tenham abertura para se envolver em espaços formativos em Economia Solidária; e) que venham somar com processos de articulação em redes; f) que estejam na construção de estratégias em vista da auto sustentabilidade; g) que venham se envolvendo em dinâmicas de sistematização de experiências (CARVALHO et al., 2020).

Entre as experiências mapeadas, há uma diversidade de expressões dos Empreendimento Solidários, considerando as particularidades de cada grupo e o alinhamento possível vem se fazendo, por meio dos processos formativos. O Quadro 03 dá uma visão panorâmica de como os grupos estão distribuídos nas sete microrregiões, conforme as expressões de Economia Solidária até então identificadas.

Quadro 6 - Visão panorâmica das expressões de Economia Solidária por microrregião

| Ex | Experiências identificadas | VS | VE | MP | VP | SP | ST | SC | Total |
|--|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| AT | Barro, crochê, costura, madeira, palha, materiais recicláveis, sisal, decoupage. | 04 | - | - | - | 01 | 02 | 01 | 08 |
| BP | Polpa de frutas, doces, arroz vermelho, culinária (bolos, cocadas, farinhas, doces). | 02 | 01 | - | 02 | - | - | - | 05 |
| CA | Abelhas, aves de terreiro, caprinos, ovinos e bovinos. | 02 | 02 | - | 02 | 02 | - | - | 08 |
| CJ | Venda na própria comunidade, feira da agricultura familiar, venda direta em domicílio, programas de fortalecimento da agricultura familiar, ponto fixo de comercialização. | 01 | 02 | 02 | 02 | 01 | - | - | 08 |
| CS | Fundos rotativos, consórcios comunitários, bazar, quermesses | 02 | 01 | 02 | 02 | - | - | - | 07 |
| EC | Salão de beleza, manicure e pedicure, Filhas do Rei. | - | - | - | - | - | - | 02 | 02 |
| OB | Associações comunitárias, centrais de associações, cooperativas, colônia de pescadores | 02 | - | 01 | 01 | 01 | 01 | - | 06 |
| SB | Bancos de Sementes Comunitários, produção de mudas nativas e adaptadas, produção de cactos e suculentas. | 07 | 03 | - | 01 | - | 01 | - | 12 |
| TOTAL | | 20 | 09 | 05 | 10 | 05 | 04 | 03 | 56 |
| Legenda | | | | | | | | | |
| Ex (Expressões de Economia Solidária), AT (Artesanato), BP (Beneficiamento da Produção), CA (Criação Animal, CJ (Comércio Justo e Solidário), CS (Crédito Solidário), EC (Embelezamento e Estética Corporal), OB (Organizações de Base), SB (Em defesa da sociobiodiversidade), VS (Vale do Sabugi), VE (Vale das Espinharas), MP (Vale do Médio Piranhas), VP (Vale do Piancó), SP (Serra de Princesa), ST (Serra do Teixeira), SC (Serra do Cariri). | | | | | | | | | |

Fonte: Carvalho et al, 2020.

Das 56 experiências mapeadas, conforme as expressões identificadas, observam-se 12 experiências que se classificam enquanto defesa da

Sociobiodiversidade (21,4%), 08 experiências de Artesanato (14,3%), 08 experiências de Criação Animal (14,3%), 08 experiências de Comércio Justo e Solidário (14,3%), 07 experiências de Crédito Solidário (12,5%), 06 experiências de Organizações de Base (10,7%), 05 experiências de Beneficiamento da Produção (8,9%), 02 experiências de Estética e Embelezamento Corporal (3,6%). Esta identificação é relevante no momento da organização dos bancos de oportunidades em vista dos eventos formativos a serem realizados, considerando-se que há de se primar por processos horizontalizados de partilha de saberes (CARVALHO, et al, 2020).

3.3 Política estadual de economia solidária

O presente capítulo apresentará o processo de fortalecimento da Economia Solidária no Estado da Paraíba através do desenvolvimento do Plano Estadual de Economia, e posteriormente, na institucionalização da Política Pública através da lei Nº 11.499 de 08 de novembro de 2019 de autoria da Deputada Cida Ramos.

O Plano Estadual de Economia Solidária nasceu na III conferência de ES realizada no Estado da Paraíba nos dias 22 e 23 de maio de 2014 em João Pessoa/PB e contou com a representatividade de diversos segmentos e lideranças da Economia Solidária. Suas metas foram pautadas em orientações estabelecidas na III Conferência Nacional de Economia Solidária, que tinha como tema “Construindo uma Política Nacional de Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável” (MELO, 2020).

Figura 14 - III Conferencia estadual de economia solidária



Fonte: Plano Estadual de Economia Solidária (2016, p.7).

O plano estadual surge como um instrumento de organização da política pública estadual do movimento, tratando da criação de um ambiente institucional que fortaleça a economia solidária paraibana, trazendo suas demandas prioritárias, como a necessidade de orçamento específico, a criação da lei estadual e do Fundo Estadual da Economia Solidária. A parceria institucional e criação do plano contou com as assinaturas do Sr. Ricardo Vieira Coutinho, Ex-Governador do Estado da Paraíba, da Srta. Maria Aparecida Ramos de Menezes, Ex-Secretária de Estado de Desenvolvimento Humano, e da Sra. Ana Paula de Souza Almeida, Ex-Secretária de Segurança Alimentar e Economia Solidária, além da representatividade constante do Fórum Estadual de Economia Solidária (MELO, 2020).

Entre os elementos positivos da conjuntura que compreendeu os anos de 2016 e 2019, período do Plano Estadual de Economia Solidária, verificou-se uma grande diversidade de atores sociais e experiências concretas no campo da ES, que vão para além dos limites do Fórum.

No mundo rural, por exemplo, destaca-se a grande riqueza do processo educativo e organizacional para a convivência com a realidade semiárida, baseada em uma metodologia participativa, com transversalidade de gênero e gerações, fundamentados ainda em princípios agroecológicos e fraternos, a exemplo dos Bancos Comunitários de Sementes, Fundos Rotativos Solidários, unidades coletivas de beneficiamento da produção e espaços coletivos de comercialização como feiras agroecológicas e de artesanato. No mundo urbano, destaca-se também grande diversidades de grupos ligados a produção e aos serviços, a exemplo do artesanato e dos catadores e catadoras de material reciclável (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2016).

Figura 15 - Plano estadual de economia solidária



Fonte: SESAES.

Os eixos prioritários de atuação do plano estadual se dividem em: a) Eixo 1: produção, comercialização e consumo; b) Eixo 2: financiamento - crédito e finanças públicas; c) Eixo 3: acesso a conhecimento – educação, formação e assessoramento; d) Eixo 4: ambiente institucional – legislação e integração de políticas públicas. É importante enfatizar que cada eixo prioritário do plano conta com um objetivo geral e linhas de ação, que detalha o objetivo almejado para o desenvolvimento de cada linha de trabalho (MELO, 2020).

A lei Nº 11.499 de 08 de novembro de 2019, de autoria da deputada Aparecida Ramos, Ex-Secretária de Desenvolvimento Humano, foi publicada no Diário Oficial do Estado da Paraíba em 09 de novembro de 2019, instituindo a Política de Economia Solidária no Estado da Paraíba. Conforme o seu artigo 1º, a referida norma estabelece as definições, princípios, diretrizes, objetivos e composição Política Estadual de Economia Solidária e qualifica os empreendimentos como sujeitos de direitos, com vistas a fomentar a economia solidária e assegurar o direito ao trabalho associado e cooperativo. Tais fundamento se integram as estratégias gerais de desenvolvimento sustentável e aos investimentos sociais, objetivando a promoção de atividades econômicas autogestionárias, incentivo aos

EES e sua integração em redes de cooperação na produção, comercialização e consumo de bens e serviços (MELO, 2020).

A Lei estadual de Economia Solidária representa um grande avanço nesta agenda no Estado da Paraíba que até então utilizava o Plano Estadual de ES como principal instrumento de organização da referida política pública. Essa institucionalização evidencia a luta histórica dos atores da Ecosol em busca do reconhecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários como sujeitos de direito, assegurando o fomento ao trabalho associado e cooperativado (MELO, 2020).

Importante destacar que a lei Nº 11.499/2019 define que o Plano Estadual de Economia Solidária se torne parte integrante da política, no qual deverá ser revisado a cada quatro anos durante as conferências estaduais de ES, e monitorado e avaliado de forma permanente e participativa pelo Conselho Estadual de Economia Solidária, conforme explícito em seu artigo 14. Portanto, a lei pode ser considerada mais uma estratégia de consolidação e desenvolvimento da política de economia solidária no Estado da Paraíba (MELO, 2020).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo dos últimos cinco anos o que ficou evidente neste evento que outro modo de produzir, distribuir e consumir, às margens da lógica tradicional de competição e da acumulação é possível. Existe um movimento crescente de trabalhadores e trabalhadoras organizados na forma de coletivos, associações e cooperativas, promovendo desenvolvimento local através de pequenos negócios administrados de forma comunitária; que pregam e praticam o preço justo, respeito ao meio ambiente e o bem viver.

A partir do contexto estadual o poder público na Paraíba conceitua como organizações econômicas solidárias os empreendimentos no qual as atividades de organização da produção e da comercialização de bens e de serviços, da distribuição, do consumo e do crédito, tenham por base os princípios da autogestão, da cooperação e da solidariedade, a gestão democrática e participativa, a distribuição equitativa das riquezas produzidas coletivamente, o desenvolvimento local, regional e territorial integrado e sustentável, o respeito aos ecossistemas, a preservação do meio ambiente, a valorização do ser humano, do trabalho, da cultura, com o estabelecimento de relações igualitárias entre diferentes.

Os principais eixos da Política de Economia Solidária na Paraíba com vistas ao fomento do setor são: a) produção, comercialização e consumo; b) financiamento: crédito e finanças públicas; c) acesso a conhecimento: educação, formação e assessoramento; d) ambiente institucional: legislação e integração de políticas públicas; e) constituição de redes de empreendimentos solidários para produção e comercialização.

Para a formulação e execução do Plano Estadual de Economia Solidária, parte integrante da Política de ES, as diretrizes são: a) promoção do desenvolvimento sustentável e solidário; b) fortalecimento dos processos democráticos, da participação e controle social; c) reconhecimento das formas organizativas econômicas solidárias e dos direitos sociais do trabalho associado; d) abordagem territorial e setorial e reconhecimento da diversidade.

Os principais atores responsáveis pela criação, articulação e execução das políticas de economia solidária na Paraíba são: o Fórum Estadual de Economia Solidária que desde 2003 acompanha de perto a construção e empoderamento do movimento de ES e das PPES no estado; o poder público federal representado

diretamente pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) nos anos anteriores ao demonstre sofrido pelo órgão; o poder público estadual representado pela Secretaria Executiva de Economia Solidária.

No tocante ao desmonte das Políticas Públicas de Economia Solidária no Brasil é importante mencionar que este projeto tem sido implementado desde que a presidenta Dilma foi retirada do seu cargo por um processo de impeachment questionável. Diversos Conselhos foram excluídos do organograma nacional e SENAES perdeu completamente sua autonomia. Em seguida, no atual Governo Bolsonaro, não existe política alguma de fomento e valorização aos Empreendimentos Solidários no país. É notório o desprezo pelo qual o governo federal trata essa área tão importante para o desenvolvimento regional e sobrevivência de centenas de trabalhadores e trabalhadoras.

Por fim, considerando o caráter participativo da Política Estadual de Economia Solidária, compreende-se que a construção e implementação das ações tem ocorrido de forma democrática, ouvindo, sobretudo, as lideranças dos segmentos de ES. A própria lei assegura expressamente em diversos artigos a democracia na tomada de decisão, inclusive, como pressuposto para acesso as políticas governamentais por parte dos empreendimentos. Entretanto, a política estadual ainda carece fundamentalmente de um fundo exclusivo de fomento. A lei foi institucionalizada, porém, permanece essa lacuna. Sem orçamento próprio percebe-se as dificuldades na manutenção frequente das ações. A lei no papel é importante, mas a sua efetividade prática é bastante reduzida sem a garantia anual de recursos.

REFERENCIAS

BRASIL. **Atlas digital da economia solidária no Brasil**. GRUPO ECOSOL, 2013. Disponível em: <<http://atlas.sies.org.br/>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

CARVALHO, Eunice Ferreira et al. Empreendimentos econômicos solidários como alternativas de desenvolvimento: mapeamento de ações presentes no médio sertão paraibano. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 101-124, 2020.

CEPFS. **Boletim informativo**: sertão agroecológico e solidário. CEPFS, 2019. Disponível em: <<https://cepfs.org.br/wp-content/uploads/2017/08/BOLETINS-MISEREOR-site-1.pdf>>. Acesso em: 26 jul. 2021.

_____. **Política Nacional de Economia Solidária-SENAES/TEM**. Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2013 Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814F00FA3A014F0496938B7DF7/Num%201%20A%C3%A7%C3%B5es%20Integradas%20para%20Municipios%20e%20UFS.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

_____. **III Conaes Conferencia Nacional de Economia Solidária**: texto de referencia, contextualização e balanço nacional. Brasília-DF: Ministério do Trabalho e Emprego, 2014. Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/data/files/FF8080814373793B0143BB08893640E8/Texto%20de%20Refer%C3%Aancia%20-%20gr%C3%A1fica.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

CATTANI, Antonio David (Org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003. CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, MittiAyako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia solidária no Brasil**: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. São Paulo: Todos os Bichos, 2010.

DAGNINO, Renato. O “dia depois” do coronavírus: explicando a “solucionática”. **Revista Fórum**, São Paulo, abr., 2020. Disponível em: <<https://revistaforum.com.br/debates/o-dia-depois-do-coronavirus-explicando-a-solucionatica-por-renato-dagnino/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, p. 211-228, 2013.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, São Paulo, v. 16, n. 39, 2003.

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 84, 2012: Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/401>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

_____. **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

_____. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, São Paulo, v. 16, n. 39, 2003.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; KUYVEN, Patrícia Sorgatto. Economia solidária e trajetórias de trabalho: uma visão retrospectiva a partir de dados nacionais¹. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, 2020.

FERRARINI, Adriane Vieira; GAIGER, Luiz Inácio; SCHIOCHET, Valmor. O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil. **Revista Brasileira de Sociologia-RBS**, São Paulo, v. 6, n. 12, 2018.

LISBOA, Armando de Melo. Economia solidária e autogestão: imprecisões e limites. **RAE**. São Paulo, v. 45. n. 3, jul./set., 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/3dKPVKmFzNY7XCxc6bgmMjv/?lang=pt>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Remígio. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In.: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 135-160.

MELO, Heverton Felinto Pedrosa de. **Capacidade estatal: diagnóstico da implementação da política pública de economia solidária no estado da paraíba**. 2020. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Mestrado em Gestão Pública e Cooperação Internacional, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/18477>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

NAKANO, Marilena. Anteag: a autogestão como marca. In.: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Orgs.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 65-80.

PARAÍBA. Secretaria de Segurança Alimentar e Economia Solidária – SESAES. **Plano Estadual de Economia Solidária**. João Pessoa, 2016. Disponível em: <http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2017/08/plano_economia_solidaria_2017.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2021.

PARAÍBA. Assembleia Legislativa da Paraíba. **Legislação estadual**. Disponível em <<http://www.al.pb.leg.br/leis-estaduais>>. Acesso em: 25 out. 2021.

PINHO, Pinho; SILVA, Jorge Henrique Moraes da; SENA, Anne; **Respostas das cooperativas e da economia solidária frente à crise social, econômica e sanitária da COVID-19 no Brasil**. Santo André-SP: COOPACESSO, 2020, p. 104.

POCHMANN, Marcio. **Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites**. 2004.

REYNALDO NORTON SORBILLE (Brasil). **Concepção e diretrizes de políticas públicas de economia solidária**. Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária. Disponível em: <<http://www.rededegestoresecosol.org.br/wp-content/uploads/2015/11/rede-gestores-cartilha-02.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2021.

SANTOS, Aline Mendonça dos; CARNEIRO, Vanderson Gonçalves. O movimento da economia solidária no Brasil: uma discussão sobre a possibilidade da unidade através da diversidade. **e-cadernos CES**, São Paulo, n. 02, 2008.

SANTOS, Daniel Pereira dos; SANTOS, Paulo Sérgio dos. **A economia solidária na Paraíba: as finanças solidárias como instrumento de crescimento local sustentável**. Brasília-DF: IPEA, 2021.

SCHIOCHET, Valmor. políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**, São Paulo, p. 443, 2011.

SCHIOCHET, Valmor. **Da democracia à autogestão: economia solidária no Brasil**. In.: **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. São Paulo, p. 443, 2011.

BENINI, Édi A.; FARIA, Maurício Sardá de. NOVAES; HENRIQUE, T. DAGNINO, Renato (Org.) São Paulo: Outras expressões: 2012.

SCHIOCHET, Valmor. Institucionalização das políticas públicas de economia solidária: breve trajetória e desafios. 2009.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. **Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos**. Brasília: IPEA, 2016.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Fundação Percecu Abramo, 2002.

_____. **Dez anos de secretaria nacional de economia solidária (SENAES)**. Brasília: SENAES, 2014.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de (Org.). **A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo, Contexto, 2000.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 18, n. 21, 2004, p. 7-22.

SOUZA, André Ricardo de. **Os laços entre igreja, governo e economia solidária**. São Carlos: EDUFSCar e FAPESP, 2013.

SOUZA, André Ricardo de. Pilares da Economia de Francisco e Clara e o enfrentamento da profunda crise. Contemporânea. **Revista de Sociologia da UFSCar**. Sessão Especial Covid-19, São Paulo, v. 10, n. 1, 2020.

SOUZA, André Ricardo de. Um exame da economia solidária **Otraeconomía**. São Paulo, v. 5, n. 9, 2011, p. 173-184.